

A socialidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação*

Maria Inês Gasparetto Higuchi¹
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Resumo

Trata-se da análise² do lugar de moradia, mais particularmente da casa, num bairro de baixa renda localizado na periferia de Manaus, Brasil. A partir da observação participante é explorado o significado sociocultural da casa compartilhado entre os moradores desta comunidade. Verifica-se que a casa é concebida não apenas como *locus* de relações de parentesco, mas também como expressão material de diferenciações sociais entre os moradores, tais como progresso, prestí-

Abstract

This paper discusses the significance of the dwelling-place for people in a low-income neighborhood in Manaus, Brazil. Among local residents there is a shared socio-cultural meaning attached to their dwellings. Their houses are conceived of not only as the place where kinship relations take place but also as evidence of social rank, and personal progress and prestige. It is also discussed the social process by means of which notions such

* *Social relations and physical aspects of dwelling-places*

¹ Psicóloga, doutora em Antropologia Social, pesquisadora do Núcleo de Ciências Humanas e Sociais.

² O artigo aqui apresentado é parte da tese de doutorado de Higuchi (1999).

gio e caráter pessoal. Discute-se também o processo de construção social, e como noções de renda familiar, ocupação e escolarização são incorporadas às idéias de diferenciação social tendo a casa como objeto mediador e sinalizador dessas relações. Em termos gerais esse estudo contribui com a visão de que a construção do espaço residencial está intrinsecamente associada às relações sociais constituídas historicamente, e com elementos metodológicos que podem enriquecer uma investigação cuja ênfase seja a compreensão dos processos socioculturais subjacentes à espacialidade em Manaus.

as family income, occupation and degree of education are associated to the idea of social rank; the house where one lives is both a means to and a sign of such relationships. Generally speaking, this paper aims at contributing to understand the view according to which dwellings are closely associated to social relations that take place throughout history, in addition to a discussion about questions of method, which may contribute to an inquiry about socio-cultural processes related to the use of dwelling areas in the city of Manaus.

Palavras-chave: Habitação, socialidade, tempo.

Keywords: Dwelling, social relations, time.

A cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas. Kevin Lynch

O significado da casa e do morar

A casa tem historicamente permitido uma variedade de imagens e significados, seja ela entendida como uma construção específica que serve de abrigo, seja como uma imagem de um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e segurança.

Na Psicologia a casa é vista como lar, ou seja, um espaço fundamental de nossas vidas, que nos proporciona segurança física, psíquica e social. Segundo Gunter (2000), casa é muito mais do que um lugar de moradia. A casa é um lugar onde desenvolvemos grandes projetos, os quais estão associados a um alto significado social e às necessidades de nosso ego. Além disso, é nesse espaço que garantimos a necessidade vital da manutenção do espaço pessoal, dimensão crucial para o fortalecimento de nossa existência (FISCHER, s/d).

Na Antropologia a casa tem emergido como uma categoria central para a compreensão das práticas sociais em diferentes grupos sociais. Em se tratando de uma categoria analítica, a casa nos oferece pontos de referência importantes, pois é, tanto nas sociedades tradicionais como nas sociedades industriais modernas, manifestação material de concepções de mundo. Essas concepções que envolvem a casa têm sido estudadas em diversas abordagens epistemológicas. Por exemplo, Lévi-Strauss, ao escrever sobre as “sociedades de casas” (1983, p.163-87), estimulou muitos estudos nessa direção. No caso particular de Lévi-Strauss, seu interesse se limitou à busca de um entendimento das relações de parentesco entre grupos distintos. Usando tanto a Etnografia Comparada quanto a História, Lévi-Strauss reanalisou a organização social de grupos sociais distintos, como os arborígenes Kiwakiutl, os nobres da Europa Medieval e japoneses feudais, e descobriu que havia algo em comum entre eles, ou seja, as instituições chamadas “casas”. As casas não significavam construções, mas configurações centrais da organização social desses grupos. Lévi-Strauss definiu assim “casa” como uma “pessoa moral” ou um “corpo social constituído”, o qual se perpetua no tempo, e cuja continuidade se expressa numa linguagem de parentesco, seja por consangüinidade, seja por alianças. Nesses termos, “casa” manifesta princípios organizacionais que juntam valores econômicos e políticos, até então vistos como irreconciliáveis, numa análise das relações de parentesco.

Mais recentemente, Carsten e Hugh-Jones (1995), embora aceitando os argumentos propostos por Lévi-Strauss, sugeriram uma forma alternativa de entendimento da casa. Esses autores afirmam que “casa” deve ser vista não apenas como um aspecto-chave para os estudos das relações de parentesco ou economia política, mas como uma totalidade, a partir dos significados que as pessoas dão a ela.

Nas palavras de Carsten e Hugh-Jones (1995, p.21)

[...] [a]s relações entre a construção [prédio] e o grupo são multifacetadas e contextualmente determinadas. Sendo assim, a casa se manifesta num idioma complexo aos grupos sociais, podendo ser tanto um veículo natural de hierarquia quanto uma fonte de poder simbólico, inseparável da construção do prédio em si.

A partir desses argumentos à estrutura física da casa, estão os processos socioculturais que deram origem à sua construção, de tal forma que não é possível separar os aspectos materiais dos não materiais, pois um está contido no outro.

Estudos fenomenologicamente orientados têm sistematicamente criticado a visão positivista, que vê na casa apenas um objeto inanimado, sustentando que a casa tem uma voz e uma alma (BACHELARD, 1994; BUTTIMER, 1980). Seguindo as formulações de Merleau-Ponty, Lang (1992, p.201) sugeriu que “o centro principal da habitação humana é a casa”, pois é por meio da casa que seus ocupantes “falam” aos que estão fora dela, tal como o corpo, de modo que suas identidades pessoais e experiências vividas se tornam visíveis e expressivas, portanto comunicadas numa linguagem compreendida pelo grupo (BOURDIEU, 1990). Outros estudos também apontam analogias da casa com o corpo, o qual funciona como uma manifestação concreta da pessoa a partir das experiências vividas, mesmo sendo distintas entre homens e mulheres (VASCONCELOS, 2000).

Associados um ao outro, tanto fisicamente como conceitualmente, casa e corpo têm sido reconhecidos como uma “privilegiada unidade de mútua implicação”, usando as palavras de Jager (1992, p.215). Para Jager, existe ainda uma outra unidade, a tríade “casa-corpo-cidade” que ocupa simultaneamente espaço e tempo. Jager afirma que:

É somente como seres habitantes que nós temos acesso ao mundo. A casa, corpo e cidade são lugares onde nós nascemos e renascemos e de onde nós saímos para o mundo afora. (...)

Se nos perguntarmos o que significa habitar ou existir no mundo, nós podemos nos deparar com o que Merleau-Ponty nos descreve como mistério central do corpo, de que ele pertence ao que é visível e pode ser visto, e ao mesmo tempo ele permanece como a fonte da visão (Ibid., 1992, p.215-218).

Para Jager, a casa é, portanto, como o corpo, uma estrutura material que cria domicílio e moldura, uma infinidade de motivos para que a pessoa se sinta “em casa”. Ingold (1995, p.60), assegura que a vida é um processo cuja forma é gerada e desenvolvida num local. Isto posto, um local de moradia, seja o corpo, seja a casa, a cidade ou a Terra, somente se torna “casa”, pelo fato de se estar vivendo nele. Em outras palavras, atribuímos a condição de “casa” a partir da efetiva ocupação e das experiências vivenciadas nesse ambiente desde seu planejamento. Ingold argumenta ainda que, considerando que as ações humanas são intencionalmente motivadas, as pessoas simplesmente não constroem casas, ao contrário, as casas são feitas através de escolhas e decisões autoconscientes, propriedades estas que, em última instância, distinguem pessoas de animais. Tal construção tem início com a escolha de um território, o qual é também usado como *locus* simbólico, onde ocorrem específicas relações sociais (VASCONCELOS, 2000).

Há, portanto, um consenso entre muitos pesquisadores de que a casa não é simplesmente uma extensão da pessoa, mas, como Blier (1987, p.2) nos alerta, a casa tem vida, a qual se manifesta justamente por incorporar histórias de vida de seus ocupantes. Isto pode ser exemplificado por meio das descrições de Maurice Bloch (1995), que estudou as práticas sociais do povo Zafimaniry de Madagascar. Bloch mostrou que a casa Zafimaniry “cresce” e se fortalece junto com seus ocupantes, numa história de impressionante similitude material e simbólica do desenvolvimento do casal que a iniciou, e depois com os filhos dessa união.

A casa é, a partir dessa perspectiva, *locus* para uma grande variedade de significados, que fornecem à pessoa uma leitura do mundo (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995, p.3), além de se consolidar também como estrutura geradora de outras estruturas de mundo (BOURDIEU, 1977, p.89). Assim, os significados dados pelas pessoas às suas práticas diárias estão inevitavelmente materializados nas casas, as quais, por sua vez, servem como aspectos mnemônicos para entender esse mesmo mundo ao seu redor.

Numa perspectiva relativamente diferente, a casa pode conter domínios específicos que são governados por uma grande variedade de comportamentos socioculturais. Gilberto Freyre, por exemplo, defendeu que as casas incorporam específicas ideologias regionais e nacionais em termos de status social (FREYRE [1936] 1967, [1946] 1964). Freyre utilizou os termos *casa grande* e *senzala* como espaços e lugares de oposição que expressam divisões sociais das pessoas na história da escravatura, patronagem e patriarcalismo do sistema político brasileiro centrado em pessoas e famílias no período da colonização. No sistema patriarcal *casa grande* traduzia o espaço e lugar dos coronéis, os patrões, pessoas poderosas que comandavam a vida da *senzala*. A *casa grande* era, portanto, o centro do poder e o topo da hierarquia social, enquanto a *senzala* estava à sua margem, servindo às necessidades do patrão. Num gritante contraste à história da *casa grande*, que caracterizava um espaço rígido e fechado, a *senzala* se configurava como um espaço relativamente aberto e democrático.

No Brasil republicano moderno esses espaços sociais foram remodelando-se em domínios espaciais que podem ser equiparados com o da “casa” e o da “rua”, nos quais as práticas diárias se distinguem. Esses espaços competitivos, embora relativamente inconciliáveis, coexistem e muitas vezes reafirmam ou contradizem um ao outro. DaMatta (1985), analisando esse fenômeno, nos mostrou a dinâmica da oposição existente nesses dois domínios espaciais, o da *casa* e o da *rua*. Segundo DaMatta, cada um desses espaços se caracteriza como *locus* de distintos padrões de comportamentos e moralidade. Por exemplo, *casa* evoca um espaço de privacidade e intimidade em contraste com o espaço público e impessoal da *rua*. Em cada um desses espaços a cidadania se exprime diferentemente. No caso da *casa*, a pessoa incorpora um estado de “supercidadão”, cujo direito perpétuo e inalienável foi conquistado com o nascimento, por meio das relações de parentesco e de gênero. Já no espaço da *rua* a pessoa incorpora um status de “subcidadão”, ordinário e despossuído de voz e direitos individuais (1985, p.16). Estes espaços, embora dêem a impressão de serem rígidos, têm fronteiras permeáveis. Nesse sentido, o espaço da *casa* pode incluir práticas públicas, tanto quanto a *rua* integrar atividades privadas. As fronteiras podem, portanto, serem estendidas ou reduzidas de acordo com as circunstâncias e conveniências.

DaMatta argumenta que os significados atribuídos à *casa* e à *rua* só podem ser inteiramente definidos a partir do contexto social em que elas existem, cujo entendimento deve incluir toda essa complexidade que de forma nenhuma é linear, pois há uma vasta rede de conexões que colaboram para compor um determinado significado.

Nessa perspectiva, espaço e lugar, como categorias analíticas, são claramente distanciados das clássicas proposições teóricas e empíricas fundamentadas em dualismos como sujeito-objeto, material-simbólico, estrutura-processo, e assim por diante. Tal paradigma esconde um genuíno entendimento do processo pelo qual cada um de nós, em qualquer tempo ou lugar, é um ser único e produto emergente de nossas relações sociais com outros (TOREN, 1999, p. 4-5). Na proposição de Toren, um lugar é um meio pelo qual comunicamos uns aos outros nossos valores e significados sobre o mundo em que vivemos. Inerentes à materialidade do lugar estão os significados não materiais, e o que é simbólico inevitavelmente tem implicações materiais. Por conseguinte, a compreensão desses aspectos materiais e não materiais subjacentes ao espaço e lugar está sempre mediada pelas relações existentes com outros (Ibid., 1999, p.6). Toren argumenta brilhantemente que o significado do lugar e do espaço, nos termos em que as pessoas manifestam suas relações sociais, requer um entendimento de que material e simbólico, objeto e sujeito, estrutura e processo são aspectos um do outro, ao invés de fenômenos separados e dialeticamente relacionados (TOREN, 1990, 1993).

Assim, uma análise etnográfica do processo pelo qual as pessoas articulam suas idéias e práticas pode ser útil para tentar compreender concepções de mundo que as pessoas consideram significantes. Não se trata simplesmente de identificar até que ponto diferentes constructos são parceiros na produção de idéias ou práticas vigentes, as quais são tidas como óbvias numa coletividade, mas sim de analisar como específicas relações sociais têm historicamente informado as idéias que as pessoas possuem sobre um determinado espaço e lugar. Ao realizarmos um estudo com essas características estaremos garantindo uma compreensão mais abrangente do fenômeno em questão. Tem-se, portanto, implicações específicas ao adotar-se tal perspectiva usando-se métodos qualitativos, pois estes permitem uma investigação dos significados atribuídos aos lugares, por meio dos quais as pessoas manifestam suas relações sociais.

Nesse artigo se apresenta parte dos resultados obtidos no trabalho de doutoramento da autora (HIGUCHI, 1999), tendo a etnografia como método principal de análise, realizado numa comunidade localizada na zona leste de Manaus, Amazonas. Esta comunidade, que aqui é identificada ficticiamente pelo nome de Vila do Sol, se caracteriza por uma área relativamente pequena: 25 hectares num perímetro de dois quilômetros. Com uma população em torno de cinco mil habitantes³, pode-se dizer que se trata de uma área bastante congestionada, especialmente em comparação com outras áreas da cidade com alta densidade demográfica. Os moradores, em sua grande maioria, são desempregados ou atuantes no mercado informal, oriundos do interior do Estado do Amazonas, do Pará e do Nordeste. Vila do Sol foi criada em fins de 1980, seguindo uma forma de ocupação típica das grandes cidades, chamada de “invasão”.

Geograficamente Vila do Sol pode ser descrita como uma área composta de dois morros e um pequeno vale onde se concentram as atividades comerciais do bairro. A vista do alto dos morros, por onde se entra na comunidade, é de uma infinidade de casas, parecendo que foram construídas umas no topo das outras. De forma geral, o bairro parece um grande canteiro de obras, principalmente pela constante atividade de construção.

A transformação social da casa em Vila do Sol

Em Vila do Sol as casas não são vistas apenas como um lugar para morar, lugar de segurança ou como *locus* das relações de parentesco, mas também uma forma de diferenciação social entre os moradores. Casas, para os adultos, são objetos materiais de status social, progresso e prestígio. O estado em que se encontra a casa e as modificações feitas nela desde a criação do bairro são fatores cruciais que distinguem os residentes uns dos outros. Ao fazer estas distinções entre si os moradores levam em conta a história da ocupação da terra e as transformações da localidade de “invasão” para “bairro”. O presente status de “bairro” é, em parte, uma conquista que as pessoas atribuem justamente pela forma em que se encontram as casas e seu melhoramento desde a “invasão”. Os moradores da Vila do Sol, de uma forma ou de outra, situam-se nesta dimensão temporal ao considerar o estado em que a casa se encontra, e assim medir o quanto cada um dos moradores progrediu desde os primeiros momentos de fixação na localidade.

³ Não há dados oficiais específicos desta população. Este número é resultado de censo realizado na área pela autora.

Com poucas exceções, os moradores atuais iniciaram sua moradia na área em condições similares, ou seja, vivendo em modestas casas de madeira. Este fato dava àquelas pessoas, naquele momento, um status social homogêneo. Com o passar do tempo, entretanto, muitos fizeram melhorias em suas casas, outros não. Muitos fixaram residência na área ocupada, outros mudaram para áreas mais distantes da cidade. Os compradores dessas últimas casas também começaram suas vidas no bairro, e, uma vez integrados naquele contexto social, passaram a ser submetidos por formas similares de transformação das residências, caracterizada “de pouquinho”. Normalmente os moradores vão “de pouquinho” substituindo partes da casa de madeira por alvenaria, sem, contudo, modificar a rotina de quem nela habita. É nessa prática de modificar a forma e trocar o material de construção da casa que seu ocupante está expressando aos demais moradores sua própria transformação e ascensão social. O processo histórico em cujo eixo se fundem as relações espaciais e relações sociais pode ser visualizado na Figura 1⁴.

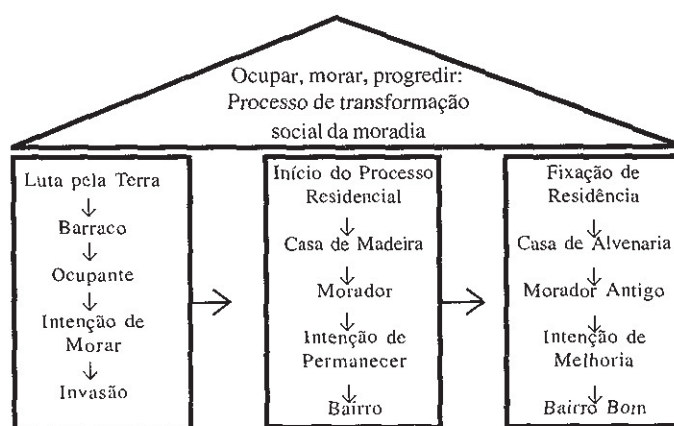


Figura 1
Representação do processo histórico de transformação socioespacial em Vila do Sol

⁴ Esquema sugerido por Maria do Perpétuo Socorro Chaves, Mestre em Ciências Sociais, à época, bolsista PCI/CNPq, a quem a autora agradece, *in memoriam*, a contribuição.

Alguns moradores relembram que nos primeiros momentos da ocupação da área a apropriação se deu por meio da demarcação de pequenos terrenos retangulares que foram limpos e identificados com quatro postes e as fitas que fechavam o cerco. Ali neste pedaço de chão se construiu um “barraco”, garantia prática de uma posse, uma vez que a simples colocação dos postes e fitas não significava a intenção de “moradia”. Segundo os moradores, o “barraco” expressava uma seriedade do ocupante de transformar a terra em lugar de moradia: *“Porque, se o cara só põe a fita lá e não faz nada, não tá com intenção de morar, quer mesmo é invadir e fazer dinheiro com o terreno!”*. Esse “barraco”, no entanto, não deveria ser construído com um tipo de material permanente, pois havia o risco de ser destruído pela polícia, mesmo com toda a família dentro. Durante a fase da “disputa” pela terra, o ocupante também não deveria construir uma “casa”, *“[...] porque isso a gente faz quando tá mais seguro, né!”*, disse uma moradora. Assim, os “barracos” eram construídos com materiais alternativos, como tábuas velhas de construções ou papelão e embalagens plásticas. Entretanto, o “barraco” deveria ser apenas um abrigo temporário, até que a ocupação fosse liberada. O fato de que o terreno ainda não estava pronto para “morar” resguardava o morador de construir uma “casa”, nas dimensões do termo que isso significava para estas pessoas.

Quando finalmente a terra foi declarada liberada pela prefeitura é que as “casas” começaram a ser construídas. A partir desse momento a situação exigia, segundo os moradores, uma “casa” e não mais um “barraco”, pois somente a casa estaria mostrando que o espaço seria mesmo *“lugar de gente”*. Sendo assim, a construção da casa se tornava importante por várias razões. Primeiro, representava a conquista de um sonho de ter uma casa própria. Segundo, somente construindo uma casa o morador estaria garantindo, embora não de direito, a posse da terra. Terceiro, ao construir a casa, o proprietário estaria demonstrando aos demais sua ilibada identidade pessoal.

De qualquer maneira a construção de uma casa era esperada, não importasse o pouco ou nenhum dinheiro de que o ocupante dispunha. O que importava era que a casa tinha que ser erguida o mais breve possível.

Assim, a falta de dinheiro para a compra dos materiais ou a contratação de ajudantes acabava por designar ao ocupante uma tarefa para si próprio, podendo contar apenas com suas habilidades e seu suor. A maioria dos ocupantes se classificava nessa situação, e por isso as construções que substituíram os barracos foram pequenas e modestas casas de madeira. A preferência quase que compulsória por esse tipo de casa se deu pelo fato de que “[...] *fazer a casa de madeira é mais simples, não precisa contratar pedreiro, gasta menos e termina mais rápido*”, justificou um morador.

A casa de madeira foi então o primeiro estágio no processo residencial dos moradores e também o marco zero de homogeneidade de todos que lá decidiram estabelecer moradia. Esse fato os tornava iguais, de modo que “[...] *aqui era todo mundo do mesmo jeito: pobre!*”, disse uma moradora. Desse ponto em diante cada um dos moradores deveria, na concepção daquelas pessoas, *progredir, avançar, “melhorar de vida”*. Em termos práticos, por um lado, a madeira usada depreciava-se muito rápido, uma vez que não era de boa qualidade. Por outro lado, a alta umidade própria da Amazônia contribuía na aceleração desse processo. Por isso, a casa precisava estar continuamente em reparos. A reforma mais completa, entretanto, estava fora de cogitações, tanto por razões econômicas quanto por razões simbólicas.

Melhorar as condições da casa continua sendo uma preocupação constante e dever incontestável entre os moradores, para assim demonstrar seu empenho para ascender socialmente. “*O cara precisa economizar, trabalhar mesmo, e pensar nas crianças...*”, esclareceu uma moradora. Em termos de material de construção, a troca da madeira por tijolo estaria trocando não apenas aquela casa em si, mas transformando também toda a localidade, tanto física quanto simbolicamente. A reforma das casas permitia uma transformação social também do bairro, considerando que as casas de alvenaria davam ao bairro uma visível reputação não só para os vizinhos, mas também para outras pessoas de outros bairros. Nas palavras de um morador, “[...] *se um comprador vem por aqui dar uma olhada numa casa e vê os vizinhos com casa de alvenaria, ele pensa - aqui mora gente civilizada! Isso aqui vira um bairro bom.*”

A diferença entre as pessoas “bem de vida” e os “carentes”, na linguagem dos moradores, passa a ser visível pela melhoria da casa e pela durabilidade dos materiais empregados na construção. O progresso é visto pela troca da madeira pelo tijolo, isto é, do material orgânico ou efêmero para o artificial e mais durável. Há um consenso entre os moradores de Vila do Sol que, após passados dez anos desde a “invasão”, as casas de madeira feitas naquela época já deveriam ter sido substituídas por alvenaria. Essa troca não é mencionada apenas em termos de estrutura física, mas da necessidade de um progresso e melhoria das condições sociais do morador ao longo desses anos. Disse uma senhora: “[...] nós temos que desenvolver, a gente tem que ter uma casa decente.”

Tanto a casa de madeira quanto a de alvenaria parecem seguir uma escala de valores a partir dos seus modelos arquitetônicos, os quais são claramente distinguidos pelos moradores como graus diferenciados de status social. Esta divisão social é, em parte, determinada pelo tipo de material (madeira ou tijolo), pelo tamanho e pelo estilo da casa (ver Figura 2). No pólo inferior está o mais simples modelo de casa de madeira, que consiste num formato retangular com telhado de meia-água com piso levemente elevado, permanecendo um espaço debaixo da casa, usado normalmente para depósito ou abrigo de cachorro. Este tipo de casa lembra o modelo palafita, casa típica do ribeirão amazônico, construída nas margens de rios, igarapés ou ainda nos famosos “bodozais” (área baixa sujeita a inundações). Nestas áreas a construção é justificada como prevenção nas situações de chuvas abundantes ou cheias. No caso de Vila do Sol essa arquitetura é vista como um meio de viabilizar um plano para a casa nas áreas de maior inclinação. Algumas casas se sobressaem das anteriores pelo fato de terem o telhado de duas abas, considerado superior ao de meia-água. Nessas casas o telhado é geralmente feito com chapas de alumínio ou telhas de amianto, sendo que as de amianto são consideradas superiores às telhas de alumínio.

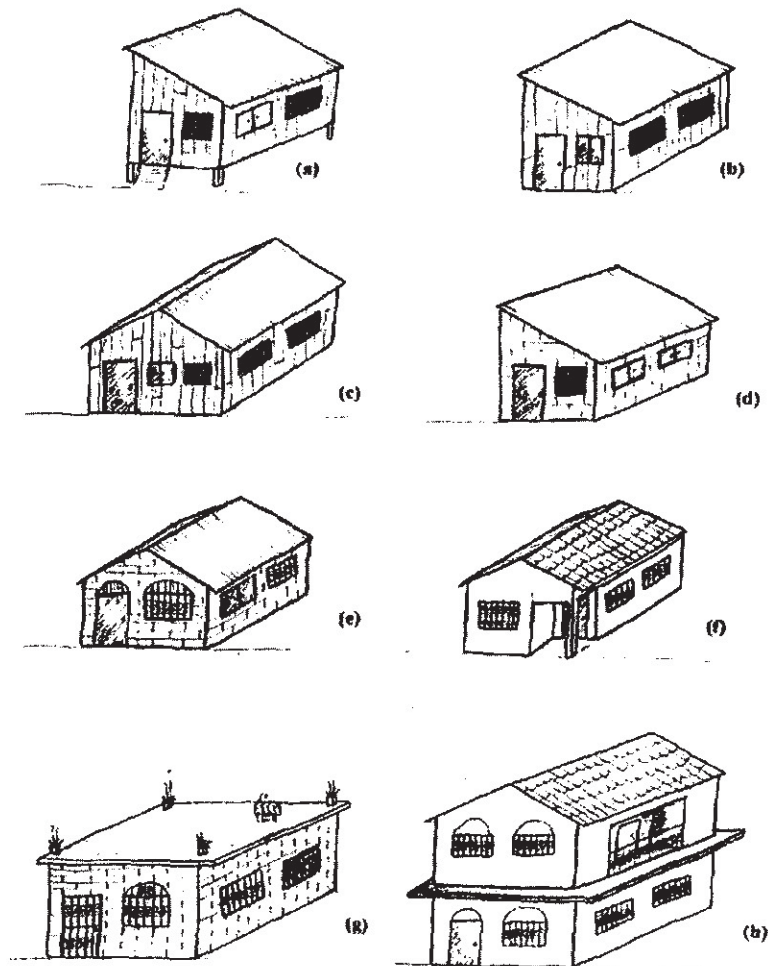


Figura 2

Tipos arquitetônicos das casa em Vila do Sol.
(a-c) casas de madeira; (d-e) casas de alvenaria com tijolo à vista; (f) casa de alvenaria acabada; (g) casa de alvenaria com laje aparente; (h) casa de alvenaria com dois pavimentos.

Numa descrição simplificada, a parte frontal da casa é usualmente o lado principal e, em muitos casos, a única entrada. Nas casas em que há uma porta lateral ou nos fundos, esse acesso sempre é pela cozinha e de uso exclusivo dos residentes ou pessoas mais íntimas dos moradores. Normalmente a casa de madeira tem janelas quadradas, enquanto nas de alvenaria predomina o tipo “colonial”, isto é, com o lado superior em arco. O estilo colonial é uma característica marcante nas casas localizadas nos “conjuntos”, áreas residenciais de classe média. Ao contrário das janelas das casas de madeira, as de alvenaria são protegidas por grades de ferro e com bandas de vidro. Uma casa de alvenaria cujas janelas sejam de madeira é considerada pelos moradores de mau gosto ou “brega”.

No pólo superior deste *continuum* está a casa de alvenaria que tenha o maior número de andares. As casas de alvenaria não são propriamente diferentes das de madeira, considerando seu desenho arquitetônico. A casa de alvenaria é, normalmente, construída em estágios, quando a de madeira já se encontra em estado depreciado. As casas de alvenaria mais simples em quase nada diferem das de madeira. No entanto, podem ser continuamente melhoradas e tornarem-se extremamente diferentes das de madeira.

Na Vila do Sol, entretanto, o fato de alguém morar numa casa de alvenaria, não importa em que estágio esteja, proporciona um sentimento de satisfação, enquanto morar em casa de madeira pode trazer constrangimento ao morador e fazê-lo evitar qualquer conversa que torne isso manifesto. Como Vila do Sol não é mais “invasão”, mas “bairro”, há exigências implícitas, conforme uns dos moradores comentou: “[...] se a gente quer morar num lugar de bairro, a gente tem que ter uma casa melhorzinha”. Porém, nem todos os moradores estão transformando suas casas, e aqueles que ainda vivem nas casas de madeira são bastante criticados pelos demais e menosprezados por estarem nessa situação.

De qualquer maneira, o constrangimento de ainda não morar numa casa de alvenaria, pode ser revertido até certo ponto, se em frente da casa estiverem estocados alguns materiais de construção. Isso deixa visíveis as intenções e os compromissos do morador, o qual está, de alguma forma, avançando socialmente, e a efetiva transformação se dará num futuro próximo. Esse compromisso é medido pela quantidade e pelo tipo de materiais estocados na parte principal do terreno.

Apesar das constantes reclamações de que esses materiais são roubados, eles não são levados para um lugar mais seguro do terreno, pois o importante é mantê-los ao alcance da visão dos vizinhos e dos que transitam na rua para manter seu status. Em muitos casos, essa vontade e esse compromisso não vão além da fase de “estocagem”, e com a deterioração do material o status do morador também se deteriora.

A visibilidade do material de construção funciona como um sinal de que uma casa de alvenaria está concretamente sendo planejada. É interessante notar que, enquanto falam de suas conquistas sociais, como um bom trabalho ou a ascensão educacional, os moradores descrevem orgulhosamente o tipo de material que eles já compraram para a construção de suas casas, e reiteram que “*já vou também construir*”. Além da idéia de justificar seu caráter pessoal de um bom pai, ou um marido que se preocupa com o bem-estar da família, este comportamento torna visível um progresso social e conforma a noção intrínseca de pertença no espaço social do bairro.

A construção da casa de alvenaria pode, eventualmente, ser adiada por vários anos, mas, uma vez iniciada, o status do morador fica consideravelmente aumentado. Longo adiamento, que transcende uma cronologia própria estabelecida na dinâmica interna do bairro, nem sempre depõe contra o caráter e a condição social do morador em questão. Algumas situações, tais como problemas de saúde, desemprego, família numerosa ou ausência de um homem à frente da família são consideradas justificativas válidas no impedimento de tornar visível sua responsabilidade pessoal de desenvolver e “evoluir na vida”, por meio da efetiva construção da casa de alvenaria.

O tempo de construção tido como aceito no bairro depende da disponibilidade dos materiais e da vontade do morador, normalmente do homem da casa. Em termos práticos a casa começa a ser erguida pelas paredes externas circundando as paredes da casa de madeira já em estado lastimável. Por um longo tempo as paredes de tijolo permanecem sem a camada final de cimento, e em alguns casos chega a cair pelo fato de esse acabamento demorar anos. Durante a realização dessa pesquisa eram poucas as casas que já estavam acabadas. Poucos são os que conseguem, num curto espaço de tempo, reformar e terminar a obra por completo. Quando isso acontecia era comum ouvir-se comentários maliciosos de que algo estranho acontecia com aquele morador, pois:

Aqui no bairro todo mundo luta pra conseguir as coisas. Esse negócio de fazer a casa da noite para o dia é meio suspeito. De onde esse cara tira o dinheiro? Se fosse doutor ou tivesse muito dinheiro mesmo, ele estaria morando num conjunto, não aqui no bairro...

Para outros, ter dinheiro não é necessariamente um critério suficiente, pois “[...] se o cara é um caboclo lá do interior, sem estudo, não vai se sentir bem no meio de gente fina, dos doutores.” Nesse comentário fica visível a distinção de escolaridade que inevitavelmente proporciona elementos para uma mobilidade vertical no *continuum* de diferenciação social. Embora a escolaridade alta não seja uma característica dos moradores de Vila do Sol, “ter estudo” é uma preocupação constante dos pais. Para os adultos a educação está na base do progresso econômico e do prestígio social. “Sem estudo”, insistem os pais e professores, as crianças não serão “alguém na vida” e estarão destinadas a “pegar no pesado”, ficar com o pior dos empregos, com pouco dinheiro, sem chances de ter um lugar “decente” onde morar.

Durante o processo dinâmico de mobilidade social, algumas casas modestas foram vendidas para pessoas de uma melhor situação econômica, que antes mesmo de entrarem na casa fazem algumas melhorias. Essas renovações se tornam usualmente mais elaboradas do que aquelas já existentes nas casas de moradores de status elevado no *bairro*. Essa situação tem criado um desequilíbrio nas relações sociais vigentes entre os antigos moradores e o recém-chegado. O que acontece, na realidade, é uma inversão das posições de status social entre essas pessoas, rebaixando o antigo morador de um lugar superior anteriormente garantido. Essa dinâmica permanece ainda não estudada com profundidade, mas se caracteriza como mais um importante elemento para um melhor entendimento da dinâmica das relações comunitárias.

A casa em Vila do Sol não se configura aqui como um objeto fixo, mas um processo social, ou, nos termos postos por Ingold: “[...] [c]onstruir [uma moradia] é um processo contínuo, que dura o tempo que a pessoa efetivamente a habita” (1995, p.78). Ter uma casa de alvenaria, entretanto, não é garantia de obtenção do mais alto grau hierárquico na comunidade. A maioria dos moradores continua a atribuir status diferenciado aos ocupantes a partir do tipo de arquitetura e o número de andares que a casa de alvenaria tem.

Quanto mais a casa de alvenaria é estruturalmente melhorada, mais o status do morador evolui. Entre todas as modificações possíveis, ter uma casa com dois andares é o desejo comum entre os moradores. Isto se inicia com a transformação do telhado. Embora a cobertura de chapas de alumínio ainda seja o telhado mais comum no bairro, um número cada vez mais significativo de casas começa a ter como cobertura a “laje”.

Em termos práticos, a laje é um ponto inicial para a extensão vertical da casa, uma vez que os terrenos são pequenos para permitir uma extensão horizontal. Os moradores sabem que para se ter uma laje é necessário que a casa tenha uma boa fundação, e que o morador tenha boas condições financeiras, pois depende de muito material e de um processo bastante trabalhoso. Construir, ou como os moradores dizem, “assentar” uma laje envolve não só o trabalho dos ocupantes, mas também de, pelo menos, um pedreiro experiente e muitos ajudantes. Na falta de dinheiro, os moradores estabeleceram o sistema de “mutirão”, processo de trabalho mútuo, no qual muitos homens se reúnem para a construção da laje, formando rodízio para *que todos se beneficiem do trabalho em grupo*. Nestas ocasiões, que ocorrem normalmente nos fins de semana, o trabalho se torna um divertido encontro, nos quais os homens trabalham, as mulheres cozinham, e as crianças acompanham de perto qualquer atividade.

Uma vez construída a laje, essa área se torna um lugar de grande visibilidade e atividade dos ocupantes. É na laje que as mulheres fazem questão de estender as melhores roupas e se reunirem para um churrasquinho em ocasiões especiais. Pela ampla visibilidade, é também neste espaço que o morador estoca o material de construção, indicando os rumos da construção e de sua mobilidade social. As crianças, desde muito pequenas, têm verdadeira paixão pelas brincadeiras na laje, e seus pais raramente se preocupam com as possibilidades de queda ou riscos de ferimento nas pontiagudas barras de ferro que permanecem displicentemente em pé nos cantos da laje. Na sala de aula contam alegres que a “[...] *casa é legal porque tem laje*”.

As pessoas, de modo geral, se orgulham muito em poder dizer que moram numa casa que tem “laje”. Ter laje é um sinal de riqueza e poder, e confere ao morador um lugar superior na hierarquia social do bairro,

e até fora dele. Os moradores comentam: “[...] o cara tá bem de vida, tem uma casa com laje [...]”. Ao explicar a conquista material da casa de alvenaria e cobertura de laje, uma moradora torna explícito o significado da escolaridade e ocupação de seu marido que permitiram tais condições:

Meu marido tem um bom trabalho. Ele trabalha muito, não é como esse povo aí dessas casinhas de madeira caindo em pedaço. Eles não querem saber de trabalhar, ficam só fazendo bico... nem se esforçam pra por os filhos pra estudar... Eles tão esperando as coisas cair do céu, não procuram trabalho... Ficam chorando miséria. Tem que trabalhar muito, subir na vida, estudar e guardar dinheiro pra ter uma casinha boa. Sem trabalho, não tem dinheiro e não tem casa.

Apesar de os residentes reafirmarem o ideal de terem uma casa de dois andares, poucos são os que, tendo construído um segundo pavimento, fazem dele uma extensão domiciliar. A maioria transforma essa expansão numa casa de aluguel, cuja renda é revertida na manutenção dos proprietários. Em alguns casos esses cômodos são temporariamente cedidos aos familiares, pais ou irmãos, que não têm suas moradias próprias. Independentemente deste fato, os proprietários mantêm um status relativamente superior por estarem morando em tal construção. De modo geral, esses moradores vivem um dilema ao chegar a essa posição. Por um lado, têm o respeito e o prestígio dos vizinhos, além do conforto próprio da construção. Por outro lado, essa posição exige uma participação quase paternalista na vizinhança. É sempre a esses endereços de “dois andares” que os voluntários das igrejas e escolas recorrem para vender as rifas, para solicitar doações para suas festas comunitárias ou ajuda pessoal ao doente “carente” que precisa de medicamentos ou táxi para o hospital. Além desta solidariedade “forçada”, os moradores “de alvenaria” se sentem discriminados no comércio local. Se, por um lado, eles são beneficiados com o melhor das mercadorias, por outro, os preços são diferenciados, sendo sempre mais elevados do que para os demais. Os moradores “de alvenaria” que contratarem um técnico para consertos domésticos, como bombeiro hidráulico ou eletricista, certamente terão que pagar mais, pois a idéia é que “[...] esse pessoal tá bem de vida”.

Ao colocar essa situação a moradora reafirma seu alto posto na hierarquia interna do bairro, mas deixa claro que isto não é necessariamente uma posição confortável:

Tem gente que pensa que a gente é melhor do que os outros, chamam meu marido de “coronel”. Isso porque a gente aqui foi a primeira casa de alvenaria. O pessoal pensa que a gente tem muito dinheiro e todas as coisas só por causa dessa casa. Tem gente toda hora batendo aqui pra gente ajudar, emprestar dinheiro... Chega a dar raiva. Mas se não ajudar, o pessoal fica falando...

Na Vila do Sol o estilo arquitetônico de uma casa de alvenaria com mais de um andar, no entanto, em pouco se parece com uma casa de “conjunto”⁵. Para ser uma casa que esteja dentro dos limites de aceitação da categoria “bairro”, ou, na melhor das hipóteses, “bairro bom”, os moradores explicam que esse padrão não se encaixa na classificação de mansão, pois “[...] isto é muito pra quem mora aqui”. Embora a classificação de uma casa de alvenaria como mansão possa ser usada em conversas informais para designar uma saliência digna de observação,

⁵ Para os moradores de Vila do Sol, e de modo geral para os moradores de outras áreas da cidade, os locais de moradia em Manaus são designados na prática por pelo menos quatro categorias: invasão, que seria uma classificação espaço-temporal, uma vez que um lugar só é “invasão” temporariamente; bairro, que designa um lugar já estabelecido, nomeado, conhecido não só pelos moradores, mas também por outras pessoas da cidade. Na classificação de bairro há, por exemplo, uma escala temporal para diferenciar o antigo do novo, uma escala valorativa para diferenciar o bom do ruim, uma escala centro/periferia para diferenciar o que é distante do que é próximo, e outras classificações constituídas na prática, que em muitos casos se opõem à classificação formal instituída pelo poder público. A terceira categoria é a de conjunto, a qual expressa uma forma diferenciada desde a instalação e ocupação da terra. O conjunto se caracteriza principalmente pelo espaço de moradia da classe média, cuja diferenciação se dá pelas diferenças na escolaridade, na educação e na ocupação (funcionários públicos e profissionais liberais, ou, como são popularmente chamados nos bairros, “doutores”). Os conjuntos foram criados em Manaus no final da década de 70 e se popularizaram na década de 80. Mais recentemente, uma nova categoria emergiu, a do condomínio, a qual se configura como um espaço restrito às pessoas mais influentes e que possuem saliência política e econômica na cidade. Essas categorias não são necessariamente reconhecidas pelo poder público, mas cotidianamente reafirmadas pelas pessoas. Em artigo complementar da mesma autora será apresentado um estudo de aprofundamento desse fenômeno social (Higuchi, 1999).

uma “mansão de verdade”, segundo os moradores, só existe em “conjunto” ou “condomínio”, espaço residencial da classe média e média-alta, respectivamente, lugar onde mora “[...] o pessoal que tem estudo, grana e tem classe”. Percebe-se, a partir dessa idéia, que mansão envolve aspectos mais complexos do que simplesmente a construção física. A partir dessa diferenciação do local de moradia, das características do morador em termos de altos níveis de escolaridade e ocupações de destaque, a casa fornece uma leitura também diferenciada. Os lugares têm seu significado e valor em função do caráter visível ou não do que lhes é atribuído. Trata-se, mais fundamentalmente, da relação pertença/não pertença proposta por Fischer (s/d), no qual certos lugares representam um espaço possível de enraizamento, do que é fechado ou aberto para determinadas pessoas. Em outras palavras, há lugares certos para as pessoas certas.

Considerações finais

A descrição acima nos mostra como os moradores de Vila do Sol “encontraram” na casa uma modalidade concreta de inscrição e leitura dos conceitos que têm sobre si mesmos e sobre os demais, onde eles se situam e como podem comparar suas posições no ranking social de sua comunidade com as dos outros. É por meio da casa que as pessoas manifestam suas conquistas pessoais e sociais. A relação surge de processos complexos, nos quais intervêm uma multiplicidade de fatores. Parte desse processo pode ser entendido ao analisar-se a história da ocupação do bairro, cujo contexto socioespacial forneceu condições nas quais a casa se tornou uma referência central de diferenciação social. Uma história que não é de exclusividade desta comunidade, pois está, em primeira instância, relacionada com a história da ocupação urbana de Manaus e, em última instância, com a colonização e ocupação da Amazônia. O aspecto físico da casa é particularmente revelador de distinções de seus ocupantes. A transformação da casa de madeira para alvenaria, de pequena para maior, de um para dois pavimentos, implica inevitavelmente a transformação social majorante dos residentes. Essas desigualdades são obtidas numa ordem dual e hierárquica como forma de expressar características tais como bom/ruim, limpo/sujo,

bonito/feio, rico/pobre, trabalhador/preguiçoso, organizado/desorganizado, evoluído/atrasado, importante/insignificante, e assim por diante. Nos seus múltiplos significados a casa onde uma pessoa mora expressa atributos dessa mesma pessoa, que em Vila do Sol significa renda econômica, ocupação, nível de escolaridade e caráter pessoal.

Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *The poetics of place*. Boston: Beacon Press, 1964.

BLIER, S. P. *The anatomy of architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BLOCH, M. People into places: zafimaniry concepts of clarity. In: HIRSH, E. and O'HANLON, M. (Eds.) *The anthropology of landscape*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: University Press, 1977.

BOURDIEU, P. The kabyle house or the world reversed. In: BOURDIEU, P. *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press, 1990 [1970].

BUTTIMER, A. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTIMER, A. and SEAMON, D. (eds.) *The human experience of space and place*. London: Croom, 1980.

CARSTEN, J. and HUGH-JONES, S. *About the house, Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: University Press, 1995.

DAMATTA, R. *Casa e rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FISCHER, G. *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

FREYRE, G. *The masters and the slaves: a study in the development of brazilian civilization*. New York: Alfred A. Knopf, (1964 [1946]).

FREYRE, G. *The mansions and the shanties: the making of modern Brazil*. New York: Alfred A Knopf, 1967[1936].

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.33, p.49-70, abril de 2003

- GUNTER, B. *The psychology of the home*. London: Whurr Publishers, 2000.
- HIGUCHI, M. I. G. *House, street, bairro and mata: ideas of place and space in an urban location in Brazil*. 1999. Tese de Doutorado. Brunel University, 1999. Uxbridge, Inglaterra.
- INGOLD, T. Building, dwelling, living. In: STRATHERN, M. (Ed.) *Shifting contexts*. London: Routledge, 1995.
- LANG, R. The dwelling door: towards a phenomenology of transition. In: SEAMON, D. and MUGERAUER, R. (Eds.) *Dwelling, place & environment*. Boston: Columbia University Press, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, C. *The way of the masks*. London: Jonathan Cape and Thirty Bedford Square, 1983.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1960.
- MERLEAU-PONTY, M. *The phenomenology of perception*. London: Routledge & Keagan Paul, 1962.
- TOREN, C. *Making sense of hierarchy: cognition as social process in Fiji*. London: Athlone Press, 1990.
- TOREN, C. Making history: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind, *MAN(NS)* 28:461-478, 1993.
- TOREN, C. *Mind, materiality and history*. London: Routledge, 1999.
- VASCONCELOS, N. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R. (Org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Endereço para correspondências:

Maria Inês Gasparetto Higuchi
Caixa Postal 478, 69011-970, Manaus-AM.

*(Recebido em setembro de 2002 e aceito para
publicação em setembro de 2003)*